

CORREIO PAULISTANO

Divulgação/Prefeitura de SP



Reconhecimento abrange manifestações do Carnaval

Conpresp reconhece Carnaval como patrimônio imaterial

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) aprovou o registro das práticas carnavalescas como patrimônio cultural imaterial da capital paulista. A decisão foi tomada em reunião realizada nesta segunda-feira (18). O reconhecimento abrange manifestações ligadas ao Carnaval paulistano, incluindo tradições mantidas por escolas de samba, blocos carnavalescos, artistas e trabalhadores envolvidos na organização da festa. Segundo o órgão, o objetivo é garantir instrumentos de preservação, valorização e continuidade dessas práticas culturais. O pedido de registro foi apresentado pela Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo.

Registro das práticas carnavalescas

O pedido foi feito ao Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), responsável pela elaboração do parecer técnico favorável. O processo também considerou estudos realizados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). De acordo com o Conpresp, o reconhecimento inclui expressões artísticas, modos de fazer e formas de organização relacionadas ao Carnaval.

ONU/Manuel Elias



Evento é voltado ao debate sobre cidades sustentáveis

Capital no fórum global da ONU

A Prefeitura de São Paulo participa do principal fórum global da Organização das Nações Unidas (ONU) voltado ao debate sobre cidades sustentáveis, habitação e desenvolvimento urbano. Durante o evento, representantes da administração municipal apresentaram experiências relacionadas a políticas públicas de urbanização, moradia e planejamento urbano. Entre os temas levados ao encontro internacional estão programas habitacionais, iniciativas de requalificação urbana e ações voltadas à sustentabilidade e adaptação climática.

Ampliação do acesso à moradia

Segundo a gestão municipal, as apresentações durante o Fórum destacaram projetos desenvolvidos na capital paulista para ampliar o acesso à moradia e promover intervenções urbanas em áreas consideradas estratégicas. O fórum reúne representantes de governos, especialistas, organizações internacionais e entidades ligadas ao desenvolvimento urbano de diversos países.

Maio Amarelo I

Como parte das ações do Maio Amarelo 2026, a Prefeitura de São Paulo promove, durante este mês, em parceria com a Mapfre, a iniciativa "Na Pista Certa", em dois Centros Educacionais Unificados (CEUs) da cidade. "No trânsito, enxergar o outro é salvar vidas" é o tema do movimento neste ano.

Maio Amarelo II

A ação convida a população a refletir sobre atitudes mais responsáveis e seguras. O objetivo é ensinar às crianças regras de trânsito de forma lúdica, por meio de teatro de fantoches e de uma cidade cenográfica itinerante com vias sinalizadas, bicicletas e triciclos. O projeto também contempla acessibilidade.

Vida no Bixiga I

Estudantes e professores da EMEF Celso Leite Ribeiro Filho lançam o livro Antologia: o Bixiga que eu vivo, sinto e imagino na Feira do Livro da Rua Rocha. O trabalho pedagógico incentivou os participantes a transformar percepções, memórias e afetos sobre o bairro do Bixiga, no centro de SP, em textos autorais.

Vida no Bixiga II

O projeto começou após a escola receber um convite da Livraria Simples, localizada na região, para participar da criação da obra. A produção foi desenvolvida entre fevereiro e abril deste ano e contou com caminhadas pelo bairro, oficinas de estudos literários e jogos teatrais organizados pela Academia Estudantil de Letras Mestre Ananias (AEL).

Contrata SP I

O Portal Cate recebe até o dia 25 de maio inscrições para mais de 600 vagas de emprego no Contrata SP – Pessoa com Deficiência. As oportunidades são para cargos nas áreas de comércio, serviços e saúde, entre outras. A ação é promovida pelas secretarias municipais de Trabalho e da Pessoa com Deficiência.

Contrata SP II

Os processos seletivos serão realizados na terça-feira, 26 de maio, das 9h às 16h, no Centro de Treinamento Paralímpico, com a participação de empresas contratantes. Equipes técnicas estarão disponíveis para auxiliar os participantes em todas as etapas da seleção. Basta levar documentos pessoais e laudo médico.



Com mais de mil páginas, relatório final é aprovado

Câmara aprova texto da CPI HIS sob protesto

Documento evita punições a construtoras e à Prefeitura

Da Redação

A base aliada do prefeito Ricardo Nunes aprovou nesta terça-feira (19), na Câmara Municipal de São Paulo, o relatório final da CPI que investigou possíveis irregularidades envolvendo empreendimentos de Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP) na capital paulista. A sessão foi marcada por protestos de movimentos de moradia e discussões entre vereadores da oposição e integrantes da comissão.

O texto aprovado deixou de incluir pedidos de indiciamento contra construtoras e representantes da atual administração municipal, concentrando as recomendações em mudanças legislativas e em mecanismos de fiscalização do setor habitacional. Parlamentares da oposição criticaram o resultado e afirmaram que o relatório evitou responsabilizar empresas e agentes públicos envolvidos na política de moradia da cidade de SP.

A CPI foi instalada para apurar suspeitas de desvio de finalidade em imóveis construídos com incentivos urbanísticos concedidos pelo município. As investigações analisaram empreendimentos destinados a famílias de baixa e média renda que teriam sido comercializados ou alugados para pessoas fora dos critérios previstos na legislação.

O relatório aprovado estima que SP deixou de arrecadar cerca de R\$ 5,1 bilhões entre 2014 e 2025 em razão de benefícios urbanísticos e

fiscais concedidos a imóveis enquadrados como HIS e HMP.

Segundo o documento, parte das distorções identificadas ocorreu por falhas de fiscalização, ausência de integração de dados e fragilidade no controle sobre compradores e locatários das unidades habitacionais.

Entre as propostas apresentadas pela comissão estão a criação de um programa de regularização voluntária para proprietários de imóveis em situação irregular, ampliação dos mecanismos de controle da prefeitura, restrições para empreendimentos em áreas de alto valor imobiliário e endurecimento das punições em casos de descumprimento das regras habitacionais. O texto também recomenda a criação de canais específicos para denúncias e o compartilhamento de informações entre órgãos municipais e cartórios.

O documento prevê o envio das conclusões da CPI ao Ministério Público de SP, ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e à Polícia Civil para eventuais novas investigações nas esferas civil e criminal. Apesar disso, o relatório não atribui responsabilidade direta a integrantes da Prefeitura nem propõe medidas contra incorporadoras.

A prefeitura informou à comissão, que reforçou a fiscalização sobre empreendimentos HIS e HMP, aplicou multas e ampliou regras para impedir locações irregulares.

Movimentos de moradia e vereadores da oposição acompanharam a votação e protestaram contra o relatório aprovado.